

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.709.150 - SP (2017/0287580-1)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
RECORRENTE : MAURO TADEU DE JESUS
ADVOGADOS : KENJI DELLA PRIA HATAMOTO - SP313426
RODRIGO PAGLIARINI SANTOS - SP310796
ROSSANDRA PAVANI NAGAI E OUTRO(S) - SP313433
RECORRIDO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : FLAVIO OLIMPIO DE AZEVEDO - SP034248
MILENA PIRÁGINE - SP178962
WASHINGTON FERNANDO DA SILVA - SP358617

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA. JUROS MORATÓRIOS. CONTAGEM A PARTIR DA DATA DA CITAÇÃO PARA A AÇÃO COLETIVA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por MAURO TADEU DE JESUS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado:

Agravo de instrumento. Ação Civil Pública. Expurgos Inflacionários. Liquidação de sentença transitada em julgado. Prevenção desta C. Câmara para apreciação dos recursos oriundos do processo nº 0403263-60.1993.8.26.0053, que tramitou perante a 6ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital. Decisão agravada que acolheu as teses adotadas por esta C. Câmara e determinou, dentre outras deliberações, que o exequente refaça os cálculos, assim como a expedição de mandado de levantamento em relação ao valor incontroverso. Na r. decisão agravada as determinações constantes nos votos deste Relator foram reproduzidas integralmente, e, por isso, desnecessária a repetição dos fundamentos nela adotados. Forçoso convir pela manutenção integral da r. decisão recorrida, já que está em consonância com o entendimento sedimentado nesta C. Câmara, inclusive com relação aos juros moratórios, que deverão ser calculados de forma simples, incidindo desde a citação do Banco-executado na fase de

Superior Tribunal de Justiça

cumprimento de sentença até efetivo pagamento. Decisão mantida. Recurso desprovido.

Nas razões deste apelo, o recorrente alega violação do artigo 219 do Código de Processo Civil e ao artigo 6º da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro. Sustenta que *"os juros de mora nas execuções individuais de sentenças coletivas, tendo por objeto direitos individuais homogêneos, devem ser computados desde a citação na ação principal e não somente à partir da citação na execução/cumprimento de sentença"*. Assevera que teria havido violação também à coisa julgada, pois a sentença proferida na ação pública teria determinado que fossem acrescidos às diferenças decorrentes de expurgos inflacionários *"juros de mora desde a citação, no percentual de 0,5% até a entrada em vigor do NCC e após de 1%"*. Destaca ser *"impossível a incidência dos juros de mora a partir da citação no cumprimento de sentença, eis que em caso hipotético de tal aplicação, ter-se-ia a possibilidade de alterar o próprio instituto da coisa julgada, já definitivamente consagrado pelo sistema processual pátrio, o que torna imutável e indiscutível a sentença condenatória exequenda, que resolveu o mérito da demanda"*.

É o relatório.

Passo a decidir.

O presente recurso deve ser provido.

Com bem aponta o recorrente, no julgamento do REsp 1.370.899/SP, a Corte Especial deste Tribunal Superior consolidou o entendimento de que em ações civis públicas a contagem dos juros de mora deve utilizar como termo inicial a citação para o processo de conhecimento, não para o cumprimento individual da sentença. Transcrevo a ementa deste julgado:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CADERNETA DE POUPANÇA - PLANOS ECONÔMICOS - EXECUÇÃO - JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA DATA DA CITAÇÃO PARA A AÇÃO COLETIVA - VALIDADE - PRETENSÃO A CONTAGEM DESDE A DATA DE CADA CITAÇÃO PARA CADA EXECUÇÃO INDIVIDUAL - RECURSO ESPECIAL

Superior Tribunal de Justiça

IMPROVIDO.

1.- Admite-se, no sistema de julgamento de Recursos Repetitivos (CPC, art. 543-C, e Resolução STJ 08/98), a definição de tese uniforme, para casos idênticos, da mesma natureza, estabelecendo as mesmas consequências jurídicas, como ocorre relativamente à data de início da fluência de juros moratórios incidentes sobre indenização por perdas em Cadernetas de Poupança, em decorrência de Planos Econômicos.

2.- A sentença de procedência da Ação Civil Pública de natureza condenatória, condenando o estabelecimento bancário depositário de Cadernetas de Poupança a indenizar perdas decorrentes de Planos Econômicos, estabelece os limites da obrigação, cujo cumprimento, relativamente a cada um dos titulares individuais das contas bancárias, visa tão-somente a adequar a condenação a idênticas situações jurídicas específicas, não interferindo, portando, na data de início da incidência de juros moratórios, que correm a partir da data da citação para a Ação Civil Pública.

3.- Dispositivos legais que visam à facilitação da defesa de direitos individuais homogêneos, propiciada pelos instrumentos de tutela coletiva, inclusive assegurando a execução individual de condenação em Ação Coletiva, não podem ser interpretados em prejuízo da realização material desses direitos e, ainda, em detrimento da própria finalidade da Ação Coletiva, que é prescindir do ajuizamento individual, e contra a confiança na efetividade da Ação Civil Pública, O que levaria ao incentivo à opção pelo ajuizamento individual e pela judicialização multitudinária, que é de rigor evitar.

3.- Para fins de julgamento de Recurso Representativo de Controvérsia (CPC, art. 543-C, com a redação dada pela Lei 11.418, de 19.12.2006), declara-se consolidada a tese seguinte: "Os juros de mora incidem a partir da citação do devedor na fase de conhecimento da Ação Civil Pública, quando esta se fundar em responsabilidade contratual, se que haja configuração da mora em momento anterior." 4.- Recurso Especial improvido.

(REsp 1370899/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, CORTE ESPECIAL, julgado em 21/05/2014, REPDJe 16/10/2014, DJe 14/10/2014)

Esta decisão está fundamentada na necessidade de assegurar a efetividade da ação civil pública, pois entendimento diverso, a contagem dos juros moratórios apenas a partir da citação na fase de cumprimento individual

Superior Tribunal de Justiça

de sentença, acabaria por favorecer a "pulverização das pretensões individuais homogêneas", tendo em vista que aguardar o julgamento da ação civil pública implicaria em perder dinheiro. Transcrevo parte da fundamentação apresentada no voto do relator:

"A pretensão do ora Recorrente vem frontalmente contra a razão de ser da própria Ação Civil Pública, em que pesem os argumentos expostos no recurso, inclusive estudos doutrinários de notório respeito, como pareceres trazidos pelas entidades financeiras, proferidos pelos E. Professores CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO e NÉLSON NERY JR.

No fundo, o pleito de que o julgamento de Ação Civil Pública se limite à só proclamação anódina de tese, incentivado o condenado a procrastinar a concretude da condenação no aguardo da propositura de execuções individuais, para, só então, iniciar o curso de juros de mora, contém o germe da destruição da efetividade do relevante instrumento processual que é a Ação Civil Pública, que tantas esperanças abriu para a eliminação da demora na solução de grandes controvérsias e da superação da própria insegurança jurídica na sociedade brasileira, além de incentivar a judicialização individual em massa, de gigantesco número de processos repetitivos, que estão a asfixiar o Judiciário nacional e a impedir o célere e qualificado deslinde de processos para os jurisdicionados em geral.

Atente-se a duas consequências certas: a) ninguém aguardará o desfecho de Ação Civil Pública, para ajuizamento de ações individuais, visto que o aguardo significará perda de valor de juros moratórios pelo largo tempo em que durar o processamento da Ação Civil Pública; b) implantar-se-á a necessidade de ajuizamento, em judicialização de massa, de execuções individuais ulteriores ao julgamento da Ação Civil Pública, frustrando-se a possibilidade de execução mandamental da sentença da Ação Civil Pública (meio executório perfeito, sem judicialização individual, para casos como de recobro de valores indevidamente cobrados, não só no âmbito da litigância multitudinária de Direito Privado, como a relativa a pretensões bancárias, mas também em prestações continuadas em geral, comuns no âmbito do Direito Público – em que pode haver, na sentença da Ação Civil Pública, determinação de reposição direta, eventualmente parcelada, até mesmo para evitar enormes impactos financeiros).

Superior Tribunal de Justiça

Deve-se arredar firmemente a tentativa, disfarçada de mera discussão a respeito de início de fluência de juros de mora, de destruição do próprio instrumento da Ação Civil Pública brasileira, em verdadeira traição ao modelo da 'Class Action' criada pelo Direito Anglo-Americano exatamente para o amparo, entre outros, de direitos coletivos homogêneos, de modo a compô-los para todos os titulares de tais direitos, sem necessidade de ingresso de cada um deles em Juízo, para judicializar, individualmente, suas pretensões.

Nessa ordem de considerações, repita-se, o sucesso do Recurso Especial ora sustentado pelo Recorrente fatalmente levará à pulverização das pretensões individuais homogêneas, obrigando-se os titulares de tais direitos, conquanto homogêneos, à busca do ajuizamento individual, quer dizer, mantendo-se a necessidade da judicialização multitudinária."

Assim, há de se dar provimento recursal, reformando o acórdão para que os juros de mora sejam contados a partir da citação na ação civil pública.

Destaco que a assertiva feita pelo recorrido de que o entendimento deste Tribunal Superior estaria em consonância com o do Tribunal de origem carece de qualquer lastro, bastando para tanto observar que todos os precedentes indicados em suas contrarrazões foram proferidos antes do julgamento do REsp 1.370.899/SP, em que houve a consolidação do entendimento antes indicado.

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator